

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, salientamos a necessidade de anexar à plataforma da AMM Licita (www.ammlicita.org.br) a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO ATO DE CADASTRAMENTO DA PROPOSTA, ou seja, juntos, antes da data e horário da abertura da sessão pública.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 320/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 41/2024
MENOR PREÇO POR ITEM

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR n° 123/06 E DECRETO MUNICIPAL N° 5051/2023, e SUBSIDIARIAMENTE O DECRETO FEDERAL N° 10.024/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS A NECESSIDADE DO SAAE.

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 19/09/2024

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ AS 07:59 HORAS DE 19/09/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – www.ammlicita.org.br

PORTARIA N° 025/2024: Pregoeiro Oficial.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br > edital n° 41/2024 > esclarecimentos.

Telefones: (35) 3851-0550 / 0559 E-mail: licitacao@saae.boaesperanca.mg.gov.br

Horário de funcionamento: 07hs às 11hs e 13hs às 17hs.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento
Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550
Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 320/2024 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024** **MENOR PREÇO POR ITEM**

1 – PREÂMBULO

REQUERENTE:

1.1. O SAAE de Boa Esperança/MG por intermédio da Seção de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita (www.ammlicita.org.br) a qual**, conforme especificado no Termo de referência (documento complementar) deste edital.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Sra.(a) Tatiane Fagundes Naves Lamaita Vinhas, Pregoeira oficial, designada pela Portaria nº 25/2024, e pela Equipe de Apoio, integrada por: Marina Rodrigues Rios e Gabriela Amaral Souza, designados através da Portaria nº 25/2024, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 5051/2023** e, subsidiariamente pelo **Decreto Federal nº 10.024/2019**, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3 - O Edital e seus documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site do SAAE de Boa Esperança/MG, através do endereço eletrônico www.saae.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes, na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br e também no prédio sede do SAAE, localizado na Rua Galena, 239, bairro Jardim Alvorada – Boa Esperança/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

1.4 - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como no site do SAAE www.saae.boaesperanca.mg.gov.br.

1.5 - A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS A NECESSIDADE DO SAAE.**

3. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços e obras objeto do contrato oriundo desta licitação onerarão a dotação orçamentária nº 17.512.0101.6004.3.3.90.30.00 e 17.512.0101.6005.3.3.90.30.00 orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br) até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade da Autarquia por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. Agente público, seja a que título for, direta ou indiretamente, da Prefeitura Municipal ou desta Autarquia SAAE.

4.5.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6.1. Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No ato do cadastramento da proposta na plataforma, o licitante deverá anexar a documentação referente à Habilitação, a qual permanecerá de maneira sigilosa. Somente após a fase de disputa de lance e definição do vencedor, o pregoeiro terá acesso a documentação de habilitação para conferência, que será exigida apenas do licitante vencedor.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 5.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.7.3.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.7.4.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, considerando o critério de julgamento por menor preço;
- 5.7.5.** O valor final mínimo parametrizado, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor total do item;
- 6.1.2. Descrição do objeto;
- 6.1.3. Marca/Modelo
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos momentos em que o sigilo seja essencial ao procedimento.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (Um centavo)**;
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
 - 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (Dez) Minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 - 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 7.13.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
 - 7.13.2. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
 - 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.18.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Autarquia.
- 7.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.18.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.19.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, em **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, podendo este prazo ser prorrogado por decisão do mesmo, auxiliado pela equipe de apoio.
- 7.20.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.1.1.** Contiver vício insanável;
- 8.1.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no ANEXO I;
- 8.1.3.** Apresentar preços inexequíveis, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;
- 8.1.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.1.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 8.2.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.3.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro e equipe de apoio verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.3.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- 8.3.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso atendidas os critérios de julgamento acima, será iniciado o procedimento de habilitação.

9. DA FASE HABILITAÇÃO

9.1. Prova de HABILITAÇÃO JURÍDICA, por meio dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de *empresa individual*;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de *sociedades comerciais* e, no caso de *sociedades por ações*, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b.1)** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de *sociedades civis*, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- b.2)** Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de *sociedades por ações*, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de *empresa ou sociedade estrangeira* em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2. Prova de REGULARIDADE FISCAL, por meio dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.
- c) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Regularidade para com a **Fazenda Nacional** e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND).
- e) Regularidade para com a Fazenda **Estadual e Municipal** da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de **certidão expedida pelo órgão competente**, que terá validade por 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado por Lei ou no próprio documento.

9.2.1. Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas ou cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial.

9.3. Prova de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA, por meio dos seguintes documentos:

9.3.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

9.4. Prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por meio dos seguintes documentos:

9.4.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

9.5. Os documentos deverão estar com sua validade em vigor na data da abertura da sessão.

9.6. Toda e qualquer declaração emitida pela empresa deverá estar em papel timbrado da licitante, sendo a mesma datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s).

9.7. Os documentos cujo prazo de validade não esteja especificado neste Edital ou em lei, terão validade de 90 (Noventa) dias da data de sua expedição.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Após a entrega dos documentos de habilitação, a pregoeira poderá solicitar a inclusão de documentação faltante, que deverá ser anexada na plataforma no prazo de até 1 (uma) hora. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro e equipe de apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A intenção de recorrer deverá ser **manifestada** no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, **exclusivamente por meio eletrônico**, em campo próprio do sistema;

- 10.3.** A falta de manifestação da (s) licitante (s) no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso.
- 10.4.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação,
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.** Os demais licitantes, se desejarem, poderão apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.
- 10.7.** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.
- 10.8.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 10.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.10.** Os recursos interpostos fora do prazo ou do campo próprio do sistema não serão conhecidos.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.
- 11.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.
- 12.2.** O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Autarquia.
- 12.3.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 12.3.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.
- 12.4.** Quando convocada a subscrever o contrato, a adjudicatária deverá apresentar:
- 12.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato/ata de registro de preços ou receber a nota de empenho, a Autarquia, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para,

após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

13. PENALIDADES

13.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Autarquia.

13.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho ou assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Autarquia, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Autarquia;

13.3.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

13.4. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.3 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

13.5. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

13.6. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

13.7. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Autarquia, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 as 10:00 das 14h00min as 16h00min ou por meio eletrônico através do e-mail licitacao@saae.boaesperanca.mg.gov.br

13.7.1. Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

13.8. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.9. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos ou informações** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida à comissão de contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, através da plataforma www.ammlicita.org.br.
- 14.2.** Os esclarecimentos e as **informações** serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 14.3.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio da plataforma www.ammlicita.org.br.
- 14.4.** Caberá ao Pregoeiro e a equipe de apoio manifestar-se motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.5.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 14.6.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.
- 14.7.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 14.8.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.9.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeiro e equipe de apoio, nos autos do processo de licitação.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1.** Da sessão pública divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 15.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

15.8. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

15.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.10. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

15.11. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.12. O Pregoeiro e equipe de apoio poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

15.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.14. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio

15.15. Ouvidas, se for o caso, as unidades competentes.

15.16. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

15.17. A participação neste certame implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

15.18. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

15.19. As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é **exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.**

15.20. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

15.21. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

15.22. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

15.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal www.amlicita.org.br, bem como no site do SAAE www.saae.boaesperanca.mg.gov.br

15.24. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca de Boa Esperança MG - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

15.25. Faz parte deste Edital os seguintes anexos:

I.TERMO DE REFERÊNCIA;

II.MINUTA DA ATA;

Boa Esperança, 04 de setembro de 2024

William Carvalho Oliveira

Diretor Superintendente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA	DEPARTAMENTO/ SEÇÃO SOLICITANTE
03/09/2024	Seção de Patrimônio e Almoxarifado

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO

Nome: Thiago Figueiredo Naves Morais
 E-mail: almoxarifado@saae.boaesperanca.mg.gov.br

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais elétricos, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

1.2.

Item	Und	Cód	Descrição	Qtd
1.	KG	5284	Arame Galvanizado N-16	10
2.	UND	43413	Armação Rex Pesada 1 Estribo + Isolador Roldana Porcelana 72x72mm	5
3.	UND	3579	Auto transformador de partida, em cobre, trifásico, para motor de 20 CV - 220V	2
4.	UND	3576	Auto transformador de partida, em cobre, trifásico, para motor de 75 CV - 220V	2
5.	UND	2601	Bucha de redução com rosca 1 x ¾	5
6.	M	2743	Cabo centenax flexível, dupla recapagem, 70 mm ²	100
7.	M	4493	Cabo de alumínio Quadriplex (3+1) - # 70mm ²	100
8.	M	4551	Cabo de alumínio quadriplex 25mm	100
9.	M	4494	Cabo de alumínio Triplex (2+1) - # 16mm ²	100
10.	M	4490	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 185mm ² 1KV	100

11.	M	4488	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 25mm ²	100
12.	M	4489	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 95mm ² 1KV	100
13.	M	2783	Cabo de Cobre Flexível # 10,0mm ²	100
14.	M	915	Cabo de Cobre Flexível # 2,5 mm ²	100
15.	M	704	Cabo de Cobre Flexível # 4,0 mm ²	100
16.	M	2878	Cabo de Cobre Flexível # 6,0mm ²	100
17.	M	2611	Cabo de cobre flexível cintenax # 120 mm ²	100
18.	M	2954	Cabo de cobre flexível cintenax # 240 mm ²	100
19.	M	2741	Cabo de cobre flexível cintenax # 35 mm ²	100
20.	M	2613	Cabo de cobre PP 2 x # 1,5 mm ²	100
21.	M	893	Cabo de cobre PP 2 x # 2,5 mm ²	100
22.	M	4492	Cabo de cobre PP 2 x # 4,0 mm ²	100
23.	M	3569	Cabo de cobre PP 3 x # 1,5 mm ²	100
24.	M	1522	Cabo de cobre PP 3 x # 2,5 mm ²	100
25.	M	3180	Cabo de cobre PP 3 x # 4,0 mm ²	100
26.	M	3723	Cabo de cobre PP 4 x # 2,5 mm ²	100
27.	M	2304	Cabo flex 1,0 mm ²	100
28.	M	1481	Cabo flexível centenax 50mm ² .	100
29.	M	2086	Cabo flexível dupla recapagem # 16mm ²	100
30.	M	43414	Cabo flexível sintenax 16mm ²	400
31.	M	43415	Cabo flexível sintenax 70mm ²	400
32.	M	6418	Cabo pp 4 / 16 mm	20
33.	M	6417	Cabo Quadruplex - Dn 50 mm	10
34.	UND	2605	Caixa de inspeção em PVC, 300 x 600 MM	5
35.	UND	817	Chave boia esfera rev 25 A.	200
36.	PÇ	3556	Chave Seccionadora Sobre Carga para 250A Características técnicas:	10

			<p>a.Deve ter tampa transparente que permite a visualização dos contatos.</p> <p>b.Possibilidade de verificação do estado dos fusíveis através de orifícios na tampa.</p> <p>c.Deve ter câmara de extinção de arco.</p> <p>d.Possibilidade de uso de contatos auxiliares. instalados na própria chave.</p> <p>e.Deve permitir uma troca rápida dos fusíveis.</p> <p>f.Segurança na operação.</p>	
37.	UND	6419	Conector 16mm	10
38.	UND	43416	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 120x120mm	10
39.	UND	43417	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 150x35mm	10
40.	UND	43418	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 70mm (10-70mm ² X 1,5-10mm ²)	10
41.	UND	2602	Conector parafuso fendido bimetálico 50mm.	5
42.	UND	5793	Conector vampiro 16cx70mm	30
43.	UND	43419	Conjunto 4x2 Com Placa 1simples+Tomada 10a	10
44.	UND	43420	Conjunto 4x2 Com Placa 1simples+Tomada 20a	5
45.	UND	1483	Contator CWM 180 2NA +2NF 220V	10
46.	UND	2863	<p>Contator 25 amperes.</p> <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de -25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 	20
47.	PÇ	1652	Contator 3 TF-44.	5
48.	UND	2864	<p>Contator 32 amperes</p> <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 	20

			<ul style="list-style-type: none"> - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de -25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 	
49.	UND	2869	Contator 80 amperes, 220V	20
50.	UND	43488	Contatos CW 07-10 Obs: Deverá vir acompanhado de 04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.	10
51.	UND	4833	Contator CWB32 - 11 - 30D23	10
52.	PÇ	706	Contator CWM-18. 110 Volts Obs: Deverá vir acompanhado de 04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.	10
53.	PÇ	1306	Contator CWM-50 220 volts. Obs: Deverá vir acompanhado de 04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.	10
54.	UND	2871	Contator tripolar 180 amperes. Características técnicas: <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 200 ~277 Vac ou Vcc, com opção para comando eletrônico de PLC 24Vcc. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de -25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 	10
55.	UND	2868	Contator tripolar 75 amperes. Características técnicas: <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de -25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 	20
56.	UND	43489	Disjuntor 50 amperes bifásico	10
57.	UND	43490	Disjuntor 50 amperes trifásico	10

58.	PÇ	39	Disjuntor bipolar GE 40 amperes.	5
59.	PÇ	3422	Disjuntor Caixa Moldada de 630 A sem disparador a) capacidade de interrupção de 60 kA para uma tensão de 220Vac e de 36kA para 380Vac; b) proteção dianteira do dispositivo IP40; c) proteção de borne IP20; d) temperatura nominal de trabalho de 40°C; e) temperatura de trabalho de -40° a 55°; f) ambiente de trabalho em clima seco ou tropical; g) isolamento de 690Vac; h) Quantidade de ciclos de operação em sobrecarga 20000.	10
60.	UND	4797	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 100 A	10
61.	UND	4801	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 125 A	10
62.	UND	4802	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 150 A	10
63.	UND	4803	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 160 A	10
64.	UND	4804	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 175 A	10
65.	UND	4805	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 200 A	10
66.	UND	4806	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 250 A	10
67.	UND	4799	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 350 A	10
68.	UND	4807	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 400 A	10
69.	UND	4808	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 500 A	10
70.	UND	4796	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 80 A	10
71.	UND	5278	Disjuntor Cemig Din Bipolar 63 AMP	5
72.	UND	4810	Disjuntor Din Unipolar 10 A	10
73.	UND	685	Disjuntor GE bipolar de 20 amp.	20
74.	UND	2883	Disjuntor trifásico, 3 x 60 amperes.	10
75.	PÇ	712	Disjuntor tripolar 125 amp.	10
76.	PÇ	3423	Disparador de sobre corrente com ajuste de 250 a 630A a) deve ser compatível com disjuntor citado no item 1.1 desse documento; b) deve ser intercambiável; c) corrente de curto-circuito ajustável de 4 a 12,5 vezes a corrente de sobrecarga ajustada.	10
77.	UND	187	Fita isolante anti-chama 19mm x10m.	200
78.	UND	603	Fita isolante auto fusão 19mm x 10m x 0,76mm	100

79.	UND	220	Fusível diazed 04 amp. 500 volts.	20
80.	PÇ	557	Fusível diazed 30 amp. 500 volts.	15
81.	UND	4655	Fusível ultra rápido - 200 amperes - 500 volts - 120KA	10
82.	UND	4656	Fusível ultra rápido - 250 amperes - 500 volts - 120KA	10
83.	UND	4654	Fusível ultra rápido - 63 amperes - 500 volts - 120KA	20
84.	UND	43491	Inversor senoidal conversor 3000W 12v P/110v – 3.000 Watts	2
85.	UND	3558	Kit Ventilador para Painéis Elétricos + Conjunto Filtrante Características técnicas: a.Tensão de trabalho de 127/220Vac. b.Potência Nominal de 47W. c.Vazão de 180m ³ /h. d.Grau de proteção IP 54. e.O conjunto filtrante desse ser fornecido juntamente com o ventilador. f.O conjunto deve ser de embutir, com venezianas removíveis injetadas em ABS que permitam a troca do filtro de maneira prática sem que haja de necessidade de parada do equipamento. g.Dimensões: =88 mm B=160 mm C=202 mm D=202 mm	10
86.	UND	4217	Lâmpada compacta de led, 110 volts, 12W	100
87.	UND	3195	Lampada fluorescente compacta 25 watts – 220	50
88.	UND	4216	Lâmpada tubular de led, 20W, com fluxo luminoso de 1850 (IM) bivolt	100
89.	UND	4809	Lâmpada Tubular Led 10W	50
90.	UND	2887	Mini disjuntor tripolar 100 A Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac	5
91.	UND	3163	Mini disjuntor tripolar 40 A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac	5
92.	UND	3164	Mini disjuntor tripolar 50A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac	10

93.	UND	3162	Mini disjuntor tripolar 70A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac	5
94.	UND	2886	Mini disjuntor tripolar 90 A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac	5
95.	UND	6337	Padrão Cemig Trifásico Contra Rede 100A Especificações técnicas - Padrão trifásico: - Poste contra rede - Haste zincada - Caixa CM-2 Polifásica - Disjuntor tripolar 100A padrão cemig - Caixa de passagem - Caixa inspeção terra 300x300 - Tampa de ferro 300x300 - Cinta perfurada - Armação - Roldana de porcelana - Cabeçote - Buchas - Tampão - Curvas em S - Terminal tubular - Parafusos - Niple - Cabo flexível - Terminal - Arame - Cabo de cobre nu	2
96.	UND	2782	Parafuso sextavado com bucha S10.	50
97.	UND	43492	Placa 4x2 Com Suporte 2 Módulos	5
98.	UND	43493	Placa 4x4 4 Postos Separados	5
99.	UND	43494	Placa Espelho 4x2 Cega Com Suporte	5
100.	UND	43495	Refletor LED - 250 a 300 Amperes - bivolt - prova água - branco frio - carcaça preta	100
101.	UND	3179	Relé de controle de nível bifásico Características técnicas: - Alimentação de 220 Vac - Para reservatório inferior, 20A.	10
102.	UND	3211	Relé de sobre carga (termico) 120 a 180 amperes	10

103.	UND	2873	Relé de sobre carga (térmico), 22 a 32 amperes	10
104.	UND	6006	Relé de sobre carga (térmico), 90 a 112 amperes	5
105.	PÇ	1453	Relé de sobrecarga de 15 a 23ª.	10
106.	UND	1187	Relé falta de fase 220 volts. Características técnicas: - Atuar em caso de falta, assimetria e inversão da sequência de fases - Tempo de atraso na atuação de 5 segundos - Com 1 contato reversível	50
107.	UND	3181	Relé falta de fase 380 Volts Características técnicas: - Atuar em caso de falta, assimetria e inversão da sequência de fases - Tempo de atraso na atuação de 5 segundos - Com 1 contato reversível	10
108.	UND	1358	Relé foto elétrico Características técnicas: - Tensão de trabalho de 220V - Deve vir acompanhado da base	50
109.	UND	2395	Relé temporizador Características técnicas: - Alimentação de 94 a 242 Vac ou 24Vcc/Vac - Retardo na Energização - Faixa de tempo 6 a 60 segundos	20
110.	PÇ	3996	Sensor de nível para poço (eletrodo)	50
111.	UND	2607	Sinalizador de obstáculo simples com fotocélula	5
112.	UND	2604	Suporte guia simples p/ aparafusar \varnothing 5/16	5
113.	UND	2603	Suporte guia simples rosca mecânica 5/16	5
114.	UND	2608	Suporte para sinalizador	5
115.	UND	5287	Tampão articulado 30x30 T-16 Cemig	5
116.	UND	5286	Terminal argola 16mm	30
117.	UND	2609	Terminal de compressão (argola) 120mm ²	30
118.	UND	2774	Terminal de compressão (argola) 185 mm ² .	50
119.	PÇ	1659	Terminal de compressão (argola) 240mm ² .	50
120.	UND	2302	Terminal de compressão (argola) 25 mm ²	50

121.	UND	3186	Terminal de compressão (argola) 35 mm ²	50
122.	UND	2301	Terminal de compressão (argola) 50 mm ²	50
123.	UND	3187	Terminal de compressão (argola) 70 mm ²	50
124.	UND	3188	Terminal de compressão (argola) 95 mm ²	50
125.	UND	1196	Terminal de compressão (pino) 10 mm ²	50
126.	UND	3184	Terminal de compressão (pino) 120 mm ²	50
127.	UND	2772	Terminal de compressão (pino) 16 mm ²	50
128.	UND	2771	Terminal de compressão (pino) 25 mm ²	50
129.	UND	2769	Terminal de compressão (pino) 35 mm ²	50
130.	UND	2770	Terminal de compressão (pino) 50 mm ²	50
131.	UND	3183	Terminal de compressão (pino) 70 mm ²	50
132.	UND	2768	Terminal de compressão (pino) 95 mm ²	50
133.	UND	43634	Visor de adaptação para caixa da cemig modelo CM-4 Confeccionado com chapa, pintura e vidro com as mesmas especificações utilizadas na caixa padrão. Deve acompanhar 4 parafusos com extremidade aposta a sua cabeça, um orifício de no mínimo 2mm de diâmetro para que seja instalado o lacre padrão da cemig (dentro da tampa).	8

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. Da Contratação:

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, da Lei 14.133/21, sendo este substituído por nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

2. DOS LOTES

2.1 - Na presente contratação os itens não serão agrupados em lotes.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação se justifica pela necessidade de abastecimento de estoque de materiais elétricos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da participação de consórcios:

4.1.1 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

4.2 Da Subcontratação:

4.2.1 - Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.3 Da Sustentabilidade:

4.3.1 - Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

4.4 Da indicação de marcas ou modelos:

4.4.1 Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, apenas marcas de referência.

4.5 Da vedação de utilização de marca ou modelo:

4.5.1 Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.6 Da exigência de carta de solidariedade:

4.6.1 Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.7 Da Garantia da Contratação:

4.7.1 Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.8 Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:

4.8.1 Será aplicada ao produto/bem, somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento definitivo do produto.

4.8.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.8.1.2. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao estabelecido nesta cláusula, prevalecerá o prazo da garantia do fabricante.

4.8.1.3. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem somados.

4.8.1.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.8.1.5 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.8.1.6 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.8.1.7 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.8.1.8 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 dias úteis, contados a partir da retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.8.1.9 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.8.1.10 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.8.1.11 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.8.1.12 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.8.1.13 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.12. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.12.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **procedimento licitatório nº 320/2024, Modalidade Pregão para Registro de Preços nº 41/2024, sob a forma ELETRÔNICA,**

com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**, conforme art. 33, da Lei 14.133/21.

9.13. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

9.13.2. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

9.13.2.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca ofertada;

9.13.2.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

9.13.2.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

9.13.2.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

9.13.3. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

9.13.3.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.13.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

9.13.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

9.13.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

9.13.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.13.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.13.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

9.13.5. Da Prova de Conceito (PoC):

9.13.5.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta **contratação**.

9.14. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

5.3.1. Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

10.12. Prazo de Entrega:

10.12.2. O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

10.12.3. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da autarquia, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.13. Do Local e Horário de Entrega:

10.13.2. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado do SAAE, localizado na Rua Galena, 239, Jardim Alvorada, CEP: 37.170-000, no horário de 07:30 às 10:30 e das 13:15 às 15:45.

10.13.3. Caso o fornecedor necessite entrar em contato com o responsável pelo almoxarifado do SAAE, Sr. Thiago Figueiredo Naves Morais, o mesmo poderá entrar em contato através do telefone (35) 3851-0550.

10.14. Das Condições de Recebimento:

10.14.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

10.14.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

10.14.4. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciado equipamentos e mão-de-obra necessária.

10.14.5. O recebimento/aprovação do (s) produto (s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.

10.14.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.14.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.14.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.14.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.12. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.14. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o fiscal do contrato dará ciência ao Contratado, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas, determinando prazo para a correção.

11.15. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.15.2. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

11.16. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.18. O Contratante reserva-se ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste termo de referência, do instrumento convocatório e de seus anexos, e da proposta comercial do Contratado.

11.19. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

11.20. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.12. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

12.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.13.2. O prazo de validade;

12.13.3. A data da emissão;

12.13.4. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

12.13.5. O período respectivo de execução do contrato;

12.13.6. O valor a pagar; e

12.13.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

12.15. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.16. O pagamento será efetuado através de depósito em conta, no banco que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega do material e liquidação da nota de empenho, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

12.17. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

12.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.19. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.20. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

13.12. Do Contratante:

13.12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

13.12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

13.12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

13.12.6. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

13.12.7. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.12.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 13.12.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 13.12.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 13.12.11. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 13.12.12. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 13.12.13. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

13.13. Do Contratado:

- 13.13.2. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 13.13.2.1. Entregar, quando solicitado, o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 13.13.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
 - 13.13.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 13.13.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 13.13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
 - 13.13.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 13.13.2.7. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 13.13.2.8. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 13.13.2.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 13.13.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 13.13.2.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 13.13.2.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.13.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.13.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13.13.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.13.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.13.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 13.13.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

- 13.13.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 13.13.2.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.13.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 13.13.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.12. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos arts. 157 a 163 da mesma Lei.
- 14.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.
- 14.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.15. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.
- 14.16. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 14.17. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.12. - O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, tendo em vista que o orçamento sigiloso busca a assimetria de informações trazendo consigo a vantagem econômica na contratação.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.12. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento 2024 em vigor, aprovado em Lei 5873/2023 de 23 de novembro de 2023.

16.12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações: 17.512.0101.6004.3.3.90.30.00 e 17.512.0101.6005.3.3.90.30.00.

16.13. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Boa Esperança, 03 de setembro de 2024.

Elaborado por

Thiago Figueiredo Naves Morais - Chefe da Seção de Patrimônio e Material



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento
Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550
Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

ANEXO II
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/ 2024
PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/ 2024

Aos __ dias de _____ de 2024, autorizado pelo ato de autuação do processo de Pregão Eletrônico nº ___/2024, expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 5.051 de 10 de março de 2023, que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 18.781.070/0001-90, com sede administrativa à Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada, Município de Boa Esperança/MG, aqui representada pelo Diretor Superintendente, Sr. William Carvalho Oliveira, doravante denominado simplesmente SAAE; e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, estabelecida à _____, nº. ____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de __, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº. _____, doravante denominada simplesmente DETENTORA DA ATA.

A presente ata é originária da licitação modalidade PREGÃO, e tem sua fundamentação legal no Decreto Municipal nº. 5051/2023 e na Lei Federal nº. 14.133/21.

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento o registro de preços para fornecimento futuro e parcelado de materiais elétricos, destinados a necessidade do SAAE.

2. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	Und	Qtd	Cód	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.	KG	10	5284	Arame Galvanizado N-16		
2.	UND	5	43413	Armação Rex Pesada 1 Estribo + Isolador Roldana Porcelana 72x72mm		
3.	UND	2	3579	Auto transformador de partida, em cobre, trifásico, para motor de 20 CV - 220V		
4.	UND	2	3576	Auto transformador de partida, em cobre, trifásico, para motor de 75 CV - 220V		
5.	UND	5	2601	Bucha de redução com rosca 1 x 3/4		

6.	M	100	2743	Cabo centenax flexível, dupla recapagem, 70 mm ²		
7.	M	100	4493	Cabo de alumínio Quadriplex (3+1) - # 70mm ²		
8.	M	100	4551	Cabo de alumínio quadriplex 25mm		
9.	M	100	4494	Cabo de alumínio Triplex (2+1) - # 16mm ²		
10.	M	100	4490	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 185mm ² 1KV		
11.	M	100	4488	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 25mm ²		
12.	M	100	4489	Cabo de cobre flexível - sintenax - # 95mm ² 1KV		
13.	M	100	2783	Cabo de Cobre Flexível # 10,0mm ²		
14.	M	100	915	Cabo de Cobre Flexível # 2,5 mm ²		
15.	M	100	704	Cabo de Cobre Flexível # 4,0 mm ²		
16.	M	100	2878	Cabo de Cobre Flexível # 6,0mm ²		
17.	M	100	2611	Cabo de cobre flexível cintenax # 120 mm ²		
18.	M	100	2954	Cabo de cobre flexível cintenax # 240 mm ²		
19.	M	100	2741	Cabo de cobre flexível cintenax # 35 mm ²		
20.	M	100	2613	Cabo de cobre PP 2 x # 1,5 mm ²		
21.	M	100	893	Cabo de cobre PP 2 x # 2,5 mm ²		
22.	M	100	4492	Cabo de cobre PP 2 x # 4,0 mm ²		
23.	M	100	3569	Cabo de cobre PP 3 x # 1,5 mm ²		
24.	M	100	1522	Cabo de cobre PP 3 x # 2,5 mm ²		
25.	M	100	3180	Cabo de cobre PP 3 x # 4,0 mm ²		
26.	M	100	3723	Cabo de cobre PP 4 x # 2,5 mm ²		
27.	M	100	2304	Cabo flex 1,0 mm ²		
28.	M	100	1481	Cabo flexível centenax 50mm ² .		
29.	M	100	2086	Cabo flexível dupla recapagem # 16mm ²		
30.	M	400	43414	Cabo flexível sintenax 16mm ²		

31.	M	400	43415	Cabo flexível sintenax 70mm ²		
32.	M	20	6418	Cabo pp 4 / 16 mm		
33.	M	10	6417	Cabo Quadruplex - Dn 50 mm		
34.	UND	5	2605	Caixa de inspeção em PVC, 300 x 600 MM		
35.	UND	200	817	Chave boia esfera rev 25 A.		
36.	PÇ	10	3556	Chave Seccionadora Sobre Carga para 250A Características técnicas: a.Deve ter tampa transparente que permite a visualização dos contatos. b.Possibilidade de verificação do estado dos fusíveis através de orifícios na tampa. c.Deve ter câmara de extinção de arco. d.Possibilidade de uso de contatos auxiliares. instalados na própria chave. e.Deve permitir uma troca rápida dos fusíveis. f.Segurança na operação.		
37.	UND	10	6419	Conector 16mm		
38.	UND	10	43416	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 120x120mm		
39.	UND	10	43417	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 150x35mm		
40.	UND	10	43418	Conector Derivacao Perfuracao Cdp 70mm (10-70mm ² X 1,5-10mm ²)		
41.	UND	5	2602	Conector parafuso fendido bimetálico 50mm.		
42.	UND	30	5793	Conector vampiro 16cx70mm		
43.	UND	10	43419	Conjunto 4x2 Com Placa 1simples+Tomada 10a		
44.	UND	5	43420	Conjunto 4x2 Com Placa 1simples+Tomada 20a		
45.	UND	10	1483	Contator CWM 180 2NA +2NF 220V		
46.	UND	20	2863	Contator 25 amperes. Características técnicas:		

				<ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de - 25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 		
47.	PÇ	5	1652	Contator 3 TF-44.		
48.	UND	20	2864	<p>Contator 32 amperes</p> <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de - 25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 		
49.	UND	20	2869	Contator 80 amperes, 220V		
50.	UND	10	43488	<p>Contatos CW 07-10</p> <p>Obs: Deverá vir acompanhado de</p>		

				04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.		
51.	UND	10	4833	Contator CWB32 - 11 - 30D23		
52.	PÇ	10	706	Contator CWM-18. 110 Volts Obs: Deverá vir acompanhado de 04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.		
53.	PÇ	10	1306	Contator CWM-50 220 volts. Obs: Deverá vir acompanhado de 04 auxiliares NF e 04 auxiliares NA.		
54.	UND	10	2871	Contator tripolar 180 amperes. Características técnicas: - Tensão de alimentação da bobina 200 ~277 Vac ou Vcc, com opção para comando eletrônico de PLC 24Vcc. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1 - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de - 25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C		
55.	UND	20	2868	Contator tripolar 75 amperes. Características técnicas: - Tensão de alimentação da bobina 220Vac. - Tensão de isolamento 1000V - Resistência de tensão de choque 8KV - Numero de mínimo de manobras de 10 milhões; ou 1000 manobras por hora para categoria AC-3 ou 800 manobras para categoria AC-1		

				<ul style="list-style-type: none"> - Corrente de curta duração (10 segundos) de 1100A - Contatos auxiliares espelhados atrelados aos contatos de potência através da bobina de alimentação do contador. - Temperatura de operação de - 25° a 60°C - Temperatura de armazenamento de -55° a 80°C 		
56.	UND	10	43489	Disjuntor 50 amperes bifásico		
57.	UND	10	43490	Disjuntor 50 amperes trifásico		
58.	PÇ	5	39	Disjuntor bipolar GE 40 amperes.		
59.	PÇ	10	3422	Disjuntor Caixa Moldada de 630 A sem disparador a) capacidade de interrupção de 60 kA para uma tensão de 220Vac e de 36kA para 380Vac; b) proteção dianteira do dispositivo IP40; c) proteção de borne IP20; d) temperatura nominal de trabalho de 40°C; e) temperatura de trabalho de -40° a 55°; f) ambiente de trabalho em clima seco ou tropical; g) isolamento de 690Vac; h) Quantidade de ciclos de operação em sobrecarga 20000.		
60.	UND	10	4797	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 100 A		
61.	UND	10	4801	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 125 A		
62.	UND	10	4802	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 150 A		
63.	UND	10	4803	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 160 A		
64.	UND	10	4804	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 175 A		
65.	UND	10	4805	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 200 A		
66.	UND	10	4806	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 250 A		
67.	UND	10	4799	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 350 A		
68.	UND	10	4807	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 400 A		

69.	UND	10	4808	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 500 A		
70.	UND	10	4796	Disjuntor Caixa Moldada Tripolar de 80 A		
71.	UND	5	5278	Disjuntor Cemig Din Bipolar 63 AMP		
72.	UND	10	4810	Disjuntor Din Unipolar 10 A		
73.	UND	20	685	Disjuntor GE bipolar de 20 amp.		
74.	UND	10	2883	Disjuntor trifásico, 3 x 60 amperes.		
75.	PÇ	10	712	Disjuntor tripolar 125 amp.		
76.	PÇ	10	3423	Disparador de sobre corrente com ajuste de 250 a 630A a) deve ser compatível com disjuntor citado no item 1.1 desse documento; b) deve ser intercambiável; c) corrente de curto-circuito ajustável de 4 a 12,5 vezes a corrente de sobrecarga ajustada.		
77.	UND	200	187	Fita isolante anti-chama 19mm x10m.		
78.	UND	100	603	Fita isolante auto fusão 19mm x 10m x 0,76mm		
79.	UND	20	220	Fusível diazed 04 amp. 500 volts.		
80.	PÇ	15	557	Fusível diazed 30 amp. 500 volts.		
81.	UND	10	4655	Fusível ultra rápido - 200 amperes - 500 volts - 120KA		
82.	UND	10	4656	Fusível ultra rápido - 250 amperes - 500 volts - 120KA		
83.	UND	20	4654	Fusível ultra rápido - 63 amperes - 500 volts - 120KA		
84.	UND	2	43491	Inversor senoidal conversor 3000W 12v P/110v – 3.000 Watts		
85.	UND	10	3558	Kit Ventilador para Painéis Elétricos + Conjunto Filtrante Características técnicas: a. Tensão de trabalho de 127/220Vac. b. Potência Nominal de 47W. c. Vazão de 180m ³ /h. d. Grau de proteção IP 54.		

				<p>e.O conjunto filtrante desse ser fornecido juntamente com o ventilador.</p> <p>f.O conjunto deve ser de embutir, com venezianas removíveis injetadas em ABS que permitam a troca do filtro de maneira prática sem que haja de necessidade de parada do equipamento.</p> <p>g.Dimensões: =88 mm B=160 mm C=202 mm D=202 mm</p>		
86.	UND	100	4217	Lâmpada compacta de led, 110 volts, 12W		
87.	UND	50	3195	Lampada fluorescente compacta 25 watts – 220		
88.	UND	100	4216	Lâmpada tubular de led, 20W, com fluxo luminoso de 1850 (IM) bivolt		
89.	UND	50	4809	Lâmpada Tubular Led 10W		
90.	UND	5	2887	Mini disjuntor tripolar 100 A Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac		
91.	UND	5	3163	Mini disjuntor tripolar 40 A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac		
92.	UND	10	3164	Mini disjuntor tripolar 50A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac		
93.	UND	5	3162	Mini disjuntor tripolar 70A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac		
94.	UND	5	2886	Mini disjuntor tripolar 90 A. Características técnicas: - Curva C - Capacidade de interrupção de 3KA em 220/127Vac		

95.	UND	2	6337	<p>Padrão Cemig Trifásico Contra Rede 100A</p> <p>Especificações técnicas - Padrão trifásico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Poste contra rede - Haste zincada - Caixa CM-2 Polifásica - Disjuntor tripolar 100A padrão cemig - Caixa de passagem - Caixa inspeção terra 300x300 - Tampa de ferro 300x300 - Cinta perfurada - Armação - Roldana de porcelana - Cabeçote - Buchas - Tampão - Curvas em S - Terminal tubular - Parafusos - Niple - Cabo flexível - Terminal - Arame - Cabo de cobre nu 		
96.	UND	50	2782	Parafuso sextavado com bucha S10.		
97.	UND	5	43492	Placa 4x2 Com Suporte 2 Módulos		
98.	UND	5	43493	Placa 4x4 4 Postos Separados		
99.	UND	5	43494	Placa Espelho 4x2 Cega Com Suporte		
100.	UND	100	43495	Refletor LED - 250 a 300 Amperes - bivolt - prova água - branco frio - carcaça preta		
101.	UND	10	3179	<p>Relé de controle de nível bifásico</p> <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação de 220 Vac - Para reservatório inferior, 20A. 		
102.	UND	10	3211	Relé de sobre carga (termico) 120 a 180 amperes		
103.	UND	10	2873	Relé de sobre carga (térmico), 22 a 32 amperes		
104.	UND	5	6006	Relé de sobre carga (térmico), 90 a 112 amperes		

105.	PÇ	10	1453	Relé de sobrecarga de 15 a 23 ^a .		
106.	UND	50	1187	Relé falta de fase 220 volts. Características técnicas: - Atuar em caso de falta, assimetria e inversão da sequência de fases - Tempo de atraso na atuação de 5 segundos - Com 1 contato reversível		
107.	UND	10	3181	Relé falta de fase 380 Volts Características técnicas: - Atuar em caso de falta, assimetria e inversão da sequência de fases - Tempo de atraso na atuação de 5 segundos - Com 1 contato reversível		
108.	UND	50	1358	Relé foto elétrico Características técnicas: - Tensão de trabalho de 220V - Deve vir acompanhado da base		
109.	UND	20	2395	Relé temporizador Características técnicas: - Alimentação de 94 a 242 Vac ou 24Vcc/Vac - Retardo na Energização - Faixa de tempo 6 a 60 segundos		
110.	PÇ	50	3996	Sensor de nível para poço (eletrodo)		
111.	UND	5	2607	Sinalizador de obstáculo simples com fotocélula		
112.	UND	5	2604	Suporte guia simples p/ aparafusar \varnothing 5/16		
113.	UND	5	2603	Suporte guia simples rosca mecânica 5/16		
114.	UND	5	2608	Suporte para sinalizador		
115.	UND	5	5287	Tampão articulado 30x30 T-16 Cemig		
116.	UND	30	5286	Terminal argola 16mm		
117.	UND	30	2609	Terminal de compressão (argola) 120mm ²		
118.	UND	50	2774	Terminal de compressão (argola) 185 mm ² .		
119.	PÇ	50	1659	Terminal de compressão (argola) 240mm ² .		

120.	UND	50	2302	Terminal de compressão (argola) 25 mm ²		
121.	UND	50	3186	Terminal de compressão (argola) 35 mm ²		
122.	UND	50	2301	Terminal de compressão (argola) 50 mm ²		
123.	UND	50	3187	Terminal de compressão (argola) 70 mm ²		
124.	UND	50	3188	Terminal de compressão (argola) 95 mm ²		
125.	UND	50	1196	Terminal de compressão (pino) 10 mm ²		
126.	UND	50	3184	Terminal de compressão (pino) 120 mm ²		
127.	UND	50	2772	Terminal de compressão (pino) 16 mm ²		
128.	UND	50	2771	Terminal de compressão (pino) 25 mm ²		
129.	UND	50	2769	Terminal de compressão (pino) 35 mm ²		
130.	UND	50	2770	Terminal de compressão (pino) 50 mm ²		
131.	UND	50	3183	Terminal de compressão (pino) 70 mm ²		
132.	UND	50	2768	Terminal de compressão (pino) 95 mm ²		
133.	UND	8	43634	Visor de adaptação para caixa da cemig modelo CM-4 Confeccionado com chapa, pintura e vidro com as mesmas especificações utilizadas na caixa padrão. Deve acompanhar 4 parafusos com extremidade aposta a sua cabeça, um orifício de no mínimo 2mm de diâmetro para que seja instalado o lacre padrão da cemig (dentro da tampa).		

3. DA ENTREGA, DA GARANTIA E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

3.1 Prazo de Entrega:

3.1.1 O prazo de entrega do objeto é de até 02 (duas) horas contados do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

3.1.2 Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde

que não haja prejuízo no abastecimento da autarquia, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 Do Local e Horário de Entrega:

3.2.1 O material solicitado deverá ser entregue no local indicado pelo SAAE, sendo que a entrega antes ou após este horário não será recebida pelo SAAE, sendo o mesmo isento de qualquer responsabilidade sobre os custos incidentes sobre o transporte em desconformidade com o disposto neste Termo de Referência.

3.3 Das Condições de Recebimento:

3.3.1 O descarregamento e o transporte ficarão a cargo do fornecedor, devendo ser providenciado equipamentos e mão-de-obra necessária.

3.3.2 O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.

3.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.3.4 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.4 O SAAE não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do objeto, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2- Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.3- Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.1- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2- Mantiverem sua proposta original.

4.3- Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4- O registro a que se refere o item 4.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.5- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

4.6.2- Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.7- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8- Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10- A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11- Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12- Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.5, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1- Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3- Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1- Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1- Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2- Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3- Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4- Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2- Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1- Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2- Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4- Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5- Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6- O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1- As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2- O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2- De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3- O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4- Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5- Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6- Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7- Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1- O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1- Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2- Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3- Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1- Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3- Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4- O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1- Por razão de interesse público;

8.4.2- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1- O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1- As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2- É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3- O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1- As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega, recebimento e pagamento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ – 18.781.070/0001-90 Insc. Est. Isento

Autarquia Municipal telefax: (35) 3851-0550

Rua Galena, 239 – Jardim Alvorada - Boa Esperança – MG

10.2- No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

William Carvalho Oliveira
Diretor Superintendente SAAE

CONTRATADA
Representante Legal